

# **CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA**

---

**EMPRESA**  
**AMAZUL - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.**

**IDENTIFICAÇÃO GERAL**

---

CNPJ 18.910.028/0001-21.

Sede: São Paulo-SP.

Tipo de estatal: empresa pública.

Acionista controlador: União.

Tipo societário: sociedade anônima.

Tipo de capital: fechado.

Abrangência de atuação: nacional.

Setor de atuação: tecnologias de defesa e nuclear.

Diretor Financeiro: Diretor de Administração e Finanças: Contra-Almirante (IM) Antônio Bernardo Ferreira, telefone (11) 3206-1720, e-mail [antonio.bernardo@amazul.gov.br](mailto:antonio.bernardo@amazul.gov.br).

Auditores Independentes atuais da empresa: AUDIMEC AUDITORES INDEPENDENTES S/S CRC/PE 000150/O "S"SP, telefone (81) 3338-3525, celular (81) 99291-3134, e-mail [audimec@audimec.com.br](mailto:audimec@audimec.com.br).

Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas:  
Atualmente, os membros do Conselho de Administração são:  
Presidente – Almirante-de-Esquadra Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Júnior;  
CPF.: 388.593.277-68  
Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação – Paulo Roberto Pertusi;  
CPF.:534.546.008-63  
Representante do Ministério da Defesa – Joaquim Silva e Luna;  
CPF.:334.864.767-34  
Representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – Fernando Atlee Phillips Ligiêro;  
CPF.:865.174.491-91  
Diretor-presidente da AMAZUL – Ney Zanella dos Santos,  
CPF.: 270.089.167-87  
Representante dos empregados – Daniel Massami Hirata.  
CPF.: 135.894.548-90  
Administradores subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa:  
Atualmente, os membros da Diretoria Executiva são:  
Diretor-Presidente: Vice-Almirante (RM1) Ney Zanella dos Santos;  
CPF.: 270.089.167-87  
Diretor Técnico-Comercial: Contra-Almirante (RM1-EN) Luciano Pagano Júnior; e  
CPF.: 727.692.467-04  
Diretor de Administração e Finanças: Contra-Almirante (IM) Antônio Bernardo Ferreira.  
CPF.: 790.208.447-68



## POLÍTICAS PÚBLICAS

### 1 – Interesse público subjacente às atividades empresariais:

Nos termos da Lei 13.303/16, art. 8º, § 1º, o interesse público da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, “*respeitadas as razões que motivaram a autorização legislativa, manifesta-se por meio do alinhamento entre seus objetivos e aqueles de políticas públicas, na forma explicitada na carta anual*”, subscrita pelo Conselho de Administração.

A Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL é uma empresa pública, organizada sob a forma de sociedade anônima, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, com o capital pertencente integralmente à União, cuja constituição foi autorizada pela Lei nº 12.706, de 8 de agosto de 2012, decorrente de cisão parcial da Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON. Foi criada pelo Decreto nº 7.898, de 1º de fevereiro de 2013, é vinculada ao Ministério da Defesa (MD), por meio do Comando da Marinha, e foi ativada em 16 de agosto de 2013.

A proposta da criação da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL surgiu dos trabalhos de um Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro (CDPNB), com a função de fixar diretrizes e metas para o desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro (PNB) e supervisionar sua execução. O comitê foi integrado por representantes da Casa Civil da Presidência da República, dos Ministérios de Minas e Energia; da Ciência e Tecnologia; da Defesa; do Meio Ambiente; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Fazenda; das Relações Exteriores; e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

A AMAZUL originou-se no contexto da Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovada por meio do Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, segundo a qual “não é independente quem não tem o domínio das tecnologias sensíveis, tanto para a defesa como para o desenvolvimento”. Entre outros pontos, o decreto propõe que “o Brasil manterá e desenvolverá sua capacidade de projetar e de fabricar tanto submarinos de propulsão convencional como de propulsão nuclear”, bem como acelerará os investimentos e as parcerias necessárias para executar o projeto do submarino de propulsão nuclear.

Com a retomada do Programa Nuclear da Marinha, inserido em uma visão de Estado – Programa Nuclear Brasileiro (PNB) – e a intenção do governo de construir um submarino com propulsão nuclear, a Exposição de Motivos Interministerial justificou a criação da AMAZUL para abrigar as atividades inerentes ao PNB.

A EMI destaca que a viabilização dos empreendimentos a seguir “depende totalmente da criação da AMAZUL”:

a) construção e operação do Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (LABGENE), primeiro reator nuclear de potência projetado e construído por brasileiros;

b) operação da Usina de Hexafluoreto de Urânio (USEXA), unidade vital para o processo de enriquecimento de urânio;

c) elaboração do projeto do primeiro Submarino Nuclear Brasileiro (SN-BR), de alta complexidade técnica, cuja tecnologia é dominada por apenas cinco países: EUA, Rússia, Inglaterra, França e China; e

d) elaboração do projeto e construção da fábrica de ultracentrífugas e outros – cabe ressaltar que a tecnologia de enriquecimento de urânio é dominada por apenas nove países no mundo, entre eles o Brasil; a construção dessa fábrica permitirá suprir as necessidades das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), responsável pelo enriquecimento de urânio para as usinas de Angra dos Reis, e tornará o Brasil autossuficiente nesse processo.

Desta forma, a criação da AMAZUL foi proposta para atender às necessidades do Programa Nuclear da Marinha, que vem sendo desenvolvido desde 1979, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos e o Programa Nuclear Brasileiro.

Cabe destacar, ainda, que a EMI expõe claramente que “a criação de uma empresa para abrigar especificamente o pessoal afeto às atividades nucleares da Marinha e ao projeto dos submarinos permitirá o gerenciamento mais eficaz das atividades relacionadas ao fator recursos humanos, como formação, especialização, recrutamento e treinamento, entre outros aspectos, contribuindo para a retenção de conhecimento no setor”.

Assim, o objeto social da AMAZUL atende tanto o interesse coletivo, quanto o imperativo de segurança nacional. É reconhecida como uma empresa estratégica de Defesa, conforme portaria MD nº 1635 de 27/06/2014.

## 2 – Políticas públicas:

A atividade nuclear, por força de lei, (CF art.21, inciso XXIII) é monopólio do Estado. Assim, a AMAZUL é empresa estratégica de defesa e é a única dessa natureza no Brasil e no setor em que atua.

Em consonância com a lei de sua criação e seu objeto social, a AMAZUL suporta as atividades da Marinha do Brasil, que, recentemente, criou uma diretoria especial para o setor nuclear, também apoiada pela AMAZUL, envolvendo a coordenação do PROSUB, do PNM e o licenciamento nuclear naval.

A AMAZUL participa do PNM e do PROSUB, onde está locada a maioria de seu pessoal, de acordo com a seguinte distribuição:

### QUADRO I- Número de Empregados AMAZUL por área de atuação

Área de Atuação	Nº Empregados
PROSUB	132
PNM	1.459
SEDE	153
RMB	47
INB	15
D. Geral de Tecnologia Nuclear e de Material	15
<b>Total</b>	<b>1.821</b>

Ainda dentro de suas finalidades, a empresa elaborou, testou e está implantando um modelo de Gestão do Conhecimento em empreendimentos nucleares.

Inserir-se no Planejamento Plurianual, executando projetos do Programas 2058, da Política Nacional de Defesa, descritos a seguir.

### Projeto e construção de submarinos

Dentro desse projeto, a AMAZUL desenvolveu, junto com a Marinha, o projeto conceitual e básico do Complexo Radiológico do Estaleiro e Base Naval (CR-EBN). A empresa também participa da elaboração do Relatório Preliminar de Análise de Segurança-RPAS para a construção junto à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Na área do PROSUB, a AMAZUL participa de atividades ligadas ao projeto, desenvolvimento, nacionalização, construção de submarinos e de contratos comerciais com empresas parceiras, tais como:

- Desenvolvimento do projeto preliminar do Sistema de Gerenciamentos Integrado da Plataforma (Integrated Platform Management System-IPMS);
- Desenvolvimento do projeto do Sistema de Combate do SN-BR (SC);
- Desenvolvimento do projeto de detalhamento do SN-BR;
- Programa de nacionalização do PROSUB.

### Programa Nuclear Brasileiro

- Desenvolvimento do Reator Multipropósito Brasileiro, em parceria com a CNEN;
- Projeto conceitual e básico da Unidade de Testes e Treinamento para as Indústrias Nucleares Brasileiras (INB).

### QUADRO II – Execução Orçamentária da AMAZUL

Programa (cod/desc)	GND (Cod)	Mod Aplic. (Cod)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	RP Pago
OPERAÇÕES ESPECIAIS:	1	90	200.000	200.000	0	0	0	0
CUMPRIMENTO De SENTENÇA JUDICIAIS	3	90	144.400	144.400	16.366	16.366	16.366	0
	3	91	5.600	5.600	4.620	4.620	4.620	0
	3	90	13.861.812	10.219.704	3.387.352	1.931.253	1.925.416	0
	3	91	117.711	117.711	117.207	45.259	45.259	0
2058-DEFESA NACIONAL	4	90	3.465.000	3.285.000	360.000	190.309	158.689	0
	3	90	0	0	0	0	0	1.873.495
2058-POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA	3	91	0	0	0	0	0	125.879
	4	90	0	0	0	0	0	500.065
	1	90	183.607.805	228.330.089	210.462.162	210.462.162	210.462.162	0
2108-PRG DE GESTÃO E	1	91	54.300.869	54.300.869	54.293.712	54.293.712	54.293.712	0
MANU. MIN DEFESA	3	90	19.224.334	30.991.550	30.849.494	30.738.554	30.411.669	2.022.6582.0 22.658
Total			274.927.531	327.595.731	299.490.913	297.682.234	297.317.891	4.522.097

### **3-Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas:**

Para a melhor execução de seu objeto social, a AMAZUL elaborou e segue um planejamento estratégico.

A missão da AMAZUL é desenvolver e aplicar tecnologias e gerenciar projetos e processos necessários aos Programas Nuclear Brasileiro; Nuclear da Marinha; e de Desenvolvimento de Submarinos, para contribuir com a independência tecnológica do País, em benefício da sociedade.

A visão é ser detentora de tecnologia própria, com profissionais qualificados, nas áreas nuclear e de projetos de submarinos, e referência pelo conhecimento agregado a seus produtos e serviços.

Com base nessas premissas, a empresa elaborou o PEA – Planejamento Estratégico Amazul 2017-2040, a partir da revisão do documento anterior e contemplando novos cenários e novas oportunidades de negócio. (EM ANEXO)

### **4 – Recursos para custeio das políticas públicas:**

A ativação da empresa ocorreu em agosto de 2013, quando o orçamento do ano de 2014 já estava em processo de aprovação no Congresso, o que implica que a primeira elaboração orçamentária ocorreu em 2014 para ser efetivada em 2015.

A AMAZUL é uma empresa pública dependente, nos termos da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000. Por esse diploma legal, a empresa estatal dependente é aquela que recebe do ente controlador – no caso, a União – “recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária”. Assim, todas as receitas de 2017 foram originadas da Lei Orçamentária Anual (LOA).

O quadro III apresenta os valores que foram autorizados:

### **QUADRO III – Orçamento e Recursos da AMAZUL**



Órgão:52000 Ministério da Defesa

Unidade: 52233 Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.-AMAZUL

Quadro Síntese

<b>Código/Especificação</b>	<b>Exec 2015</b>	<b>LOA 2016</b>	<b>PLO 2017</b>	<b>LOA 2017</b>			
Total	250.787.926	274.927.531	287.784.764	287.712.023			
<b>Programa</b>							
0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	52.636	350.000	350.000	350.000			
2058 Defesa Nacional	5.560.979	17.444.523	7.425.426	7.352.685			
2108 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa	245.174.311	257.133.008	280.009.338	280.009.338			
<b>Função</b>							
05 Defesa Nacional	250.735.290	274.577.531	287.434.764	287.362.023			
28 Encargos Especiais	52.636	350.000	350.000	350.000			
<b>Subfunção</b>							
122 Administração Geral	215.905.591	237.908.674	252.477.666	252.477.666			
152 Defesa Naval	5.560.979	14.444.523	7.425.426	7.352.685			
301 Atenção Básica	5.036.307	5.036.640	5.212.320	5.212.320			
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	24.232.413	14.187.694	22.319.352	22.319.352			
846 Outros Encargos Especiais	52.636	350.000	350.000	350.000			
<b>Grupo de Despesa</b>							
1 Pessoal e Encargos Sociais	215.905.591	238.108.674	252.677.666	252.677.666			
3 Outras Despesas Correntes	34.117.453	33.353.857	34.783.098	34.710.357			
4 Investimentos	764.881	3.464.000	324.000	324.000			
<b>Fonte</b>							
<b>1-PES</b>	<b>2-JUR</b>	<b>3-ODC</b>	<b>4-INV</b>	<b>5-IFI</b>	<b>6-AMT</b>	<b>9-RES</b>	<b>Total</b>
100	251.177.666	0	31.054.357	0	0	0	282.232.023
250	1.500.000	0	3.656.000	324.000	0	0	5.480.000
Total	252.677.666	0	34.710.357	324.000	0	0	287.712.023

## 5 – Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas:

Em face da AMAZUL ser uma empresa pública dependente, essa situação impõe à empresa todas as exigências a que são submetidos os demais órgãos públicos que recebem recursos do Orçamento Geral da União.

No caso específico da AMAZUL, a empresa executou seu orçamento sob a influência do contingenciamento orçamentário imposto ao Poder Executivo pelo Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, o que restringiu o provisionamento dos recursos de custeio e investimento a 53% do que estava previsto na LOA 2017 para a AMAZUL. Em números, temos que a LOA previa para a ação orçamentária 211D, R\$ 7.352.685,00, dos quais foram provisionados R\$ 3.947.197,44.

Um fator que influenciou a execução orçamentária de 2017 foi a liberação de recursos financeiros aquém das necessidades da empresa, em face da situação fiscal enfrentada pelo Governo Federal durante o exercício financeiro.

Em relação aos recursos para Pagamento de Pessoal, o valor provisionado foi suficiente para atender integralmente à folha de pagamento do exercício, mesmo com o ingresso de novos empregados, além de permitir, por meio de um crédito adicional, o cumprimento do

pagamento do Acordo Coletivo de Trabalho de 2017 (ACT 2017), que se encontrava em negociação.

A AMAZUL também recebeu recursos do Comando da Marinha, oriundos do PROSUB e do PNM, descentralizados internamente, a fim de atender ao objeto social e ao Estatuto da Empresa, visando a execução dos contratos relacionados àqueles programas, conforme previsto na lei de criação da empresa.

## **6 – Comentários dos administradores:**

A AMAZUL cumpriu seus objetivos de política pública conforme descrito no item 2 desta Carta.

Ressalte-se que a empresa é de tecnologia, inteligência e inovação, centrada em pessoas. Contudo, a tecnologia nuclear é muito específica, com um mercado, quando existente, bastante característico. Além disso, por se tratar de tecnologia sensível, envolve gestão de risco e operacional altamente qualificada e normatizada, com dispositivos de segurança e de sigilo regulados por legislação e acordos internacionais, como também auditados por organismos nacionais e supranacionais (órgãos de segurança, Comissão Nacional de Energia Nuclear, Agência Internacional de Energia Atômica, Associação Brasil-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares.)

O setor nuclear tem outras características: total indisponibilidade de recursos “de prateleira”, impossibilidade de transferência tecnológica e cerceamento tecnológico (todos os insumos e equipamentos devem ser desenvolvidos localmente e alguns insumos, quando fornecidos, embutem restrição de uso).

Essas características impõem à AMAZUL um arranjo institucional também específico. Nesse sentido, na empresa, a operação nuclear está completamente focada, seja pela perspectiva de *compliance* exigida, quanto pela proteção à informação e segurança industrial<sup>1</sup>. Nessa área, a atuação conjunta com organizações militares da Marinha é outra especificidade da atividade, o que demanda um modelo e estrutura de gestão adequado, composto por normativos, segregação de funções, planos de contingência e proteção.

Outro aspecto decorrente da dinâmica setorial é a necessidade de uma gestão sofisticada de projetos para qualquer empreendimento na área, em função tanto do licenciamento, como da operação de alta complexidade.

A atuação e o contexto também exigem o desenvolvimento e uma engenharia de materiais exclusiva (planta de fabricação de fibra de carbono, por exemplo). Bem como, a gestão de Tecnologias de Informação e Comunicação\_TIC que, além de demandas do cotidiano de uma empresa, possui parâmetros de segurança únicos.

Em termos concretos, para o enriquecimento do urânio, uma ultracentrífuga atinge velocidade supersônica e possui componentes, instrumentação e dispositivos eletrônicos que devem suportar por décadas esse nível de atividade. Assim, além do controle operacional complexo, são necessários um regime de compras e um relacionamento com fornecedores que garanta qualidade, sigilo e regularidade ao longo do tempo. Reforçando que muitos insumos devem ser desenvolvidos localmente, pois não existem no mercado ou há uma literal proibição de sua comercialização.

Contudo, a centrífuga, apesar de importante, é apenas uma fase do ciclo de enriquecimento do combustível e da tecnologia nuclear. O domínio dessa tecnologia envolve um amplo

<sup>1</sup> Existe uma Superintendência da Qualidade e Segurança Nuclear, por exemplo.

conhecimento em química, eletrônica, materiais e até engenharia civil, uma vez que as edificações e sua manutenção têm padrões que devem estar adequados à segurança envolvida na operação.

Essas características do setor e a atuação da empresa absorvem mais de 80% dos seus recursos. Contudo, considerando economias de escopo, esse esforço pode ser expandido ao adequarmos sua estrutura.

O conhecimento e os profissionais, a logística e os equipamentos envolvidos na atuação da empresa embutem um arrasto tecnológico que pode ser explorado com o uso dual de tecnologia. Os controles eletrônicos sofisticados da ultracentrífuga, por exemplo, podem ser aproveitados em outros sistemas de controle.

Recentemente a empresa assumiu, em conjunto com a CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear, o projeto do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), voltado à pesquisa e à produção de radioisótopos usados na fabricação de fármacos para o diagnóstico e tratamento de doenças como o câncer. Orçado em cerca de US\$ 500 milhões (cerca de R\$ 1,6 bilhão, no câmbio atual), o RMB tem um grande alcance social, pois vai aumentar o acesso de pacientes aos benefícios da medicina nuclear e tornar o país autossuficiente em radiofármacos. Estima-se<sup>2</sup> uma demanda reprimida, nesse setor, em torno de US\$ 1,5 bi. O RMB terá outras aplicações além da medicina nuclear. O equipamento disponibilizará tecnologias que poderão ser aplicadas na agricultura, no meio ambiente e na indústria. Essas tecnologias permitem, por exemplo, testar materiais, localizar fissuras em superfícies como asas de avião ou verificar a quantidade de agrotóxicos contida em alimentos. Essa é uma forma de a AMAZUL cumprir seu objeto social, potencializando os investimentos em inovação no país.

Com a INB – Indústrias Nucleares Brasileiras, a AMAZUL assinou contrato que tem por objeto a elaboração dos projetos conceitual e básico da UTT - Unidade de Testes e Preparação de Equipamentos Críticos e de Treinamento, de sua Fábrica de Combustível Nuclear, bem como a prestação de serviços de consultoria de engenharia para suporte técnico à Implantação e licenciamento da UTT.

Partindo de seu escopo de atuação e expertise, a AMAZUL poderá participar de outros empreendimentos na área nuclear, como o Depósito Complementar de Armazenamento de Combustível, usado da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, o Repositório para Armazenamento de Rejeitos de Baixo e Médio Níveis de Radiação (RBMN) e o Laboratório de Fusão Nuclear (LFNe), entre outros.

Pelo seu estatuto e lei de criação, a empresa pode atuar no desenvolvimento de novas tecnologias, comercialização de produtos, prestação de serviços técnicos, gerenciamento de projetos, implantação e gestão de empreendimentos e operação de instalações.

Deve-se ressaltar que os programas de que a AMAZUL participa são estratégicos e de longa duração, exigindo uma infraestrutura empresarial consistente, que atenda às crescentes demandas e aos níveis mais avançados de complexidade.

Por outro lado, na perspectiva de apuração de custos, considerando-se que as despesas orçamentárias da empresa tramitam dentro do Ministério da Defesa e que a AMAZUL utiliza a estrutura orçamentária da Marinha do Brasil (MB), foi adotado a metodologia de aplicação dos Centros de Atividades com base em macroatividades. Assim, a MB definiu

---

<sup>2</sup> No âmbito do projeto do RMB será contratada uma consultoria para estruturar o modelo de negócios e dimensionar mais precisamente o tamanho desse mercado.

que a modelagem do Centro de Atividades será representada pelo Plano de Ação utilizado dentro da MB. Como cada atividade é suportada por um Plano de Ação, o propósito é de que, a partir das despesas orçamentárias executadas e liquidadas, os custos acumulados naqueles centros sejam alocados aos produtos e serviços originários das referidas atividades.

Por fim, a empresa não possui autonomia total, em função de ser dependente do Tesouro Nacional e da conjuntura orçamentária e fiscal que baliza o provisionamento dos créditos necessários à sua gestão administrativa. Nesse escopo, a empresa continua elaborando propostas legais e normativas, a serem encaminhadas à área econômica do Governo Federal, por intermédio do Comando da Marinha, que busquem atribuir maior autonomia e flexibilidade à execução orçamentária e financeira desta empresa.

## **7 – Estruturas de controles internos e gerenciamento de riscos:**

A Auditoria Interna é prevista em seu estatuto desde a sua criação e a nomeação de seu chefe é prerrogativa do Conselho de Administração, após apreciação da CGU.

A Portaria nº 66/2016 ativou o Comitê de Governança, Riscos e Controles e designou os seus membros integrantes.

A Resolução da Diretoria RDA 44, de 02/09/2016, aprovou a Política da Gestão de Riscos da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, constituindo o Comitê de Riscos para implementação dessa Política e de estruturas adequadas de governança, gestão de riscos e controles internos. Assim, em fevereiro foi criado um cargo para tratar a Governança e, em abril de 2017, a portaria nº 37 ativou a Gerência de Riscos, Controle e Monitoramento.

A AMAZUL aprimorou seus procedimentos da Ouvidoria, que passou a ter um profissional da Assessoria de Comunicação e Responsabilidade Social (ACS) para atendimento às demandas, em dedicação parcial, auxiliado por uma assistente, também em dedicação parcial.

A empresa criou, também, uma política e normas de procedimento para atendimento às demandas do cidadão via e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão), ao qual aderiu em 2014. Em 2016, a empresa aderiu ao e-OUV, Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal, canal integrado para o encaminhamento de manifestações do cidadão (denúncias, reclamações, solicitações, sugestões e elogios) a órgãos e entidades. O sistema ainda está sendo consolidado pelo Governo Federal. Além de funcionar pelo canal e-OUV, o serviço de Ouvidoria da AMAZUL é disponibilizado pelo cidadão por telefone, por e-mail, carta, pela Intranet Corporativa, pela Internet e por atendimento presencial.

## **8 – Fatores de Risco:**

Foram considerados, consonante à Visão Prospectiva, os seguintes riscos corporativos:

- Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) não aprovar a contratação de novos empregados, conforme cronograma, até 2020, apresentado para o CONSAD, em 13 de agosto de 2015;
- Falta de recursos orçamentários para a participação da AMAZUL nos empreendimentos e ações constantes em seus objetivos estratégicos, com impactos negativos nas metas

planejadas;

- Empreendimentos da área de negócios da AMAZUL não serem levados adiante pelas instituições líderes dos projetos (por exemplo, a CNEN não dispor de recursos para concluir o Reator Multipropósito Brasileiro);
- Atrasos próximos a uma década na conclusão de projetos estratégicos podem implicar desatualização da tecnologia neles empregada;

### **9 – Remuneração:**

Por ser uma empresa dependente do Tesouro Nacional, não possui remuneração variável, tanto para dirigentes, quanto para empregados.

### **10 – Outras informações relevantes sobre objetivos de políticas públicas:**

É importante destacar, ainda, que a AMAZUL vem cumprindo outras funções inerentes à sua natureza e aos propósitos de sua criação, tais como:

- Conter a evasão de talentos por questões salariais que tanto prejudicou tanto o PNM quanto o PNB, seja por meio de um Plano de Cargos, Remuneração e Carreira, implantado em 2014, seja pela realização de concursos públicos para atender às necessidades dos programas;
- Articular esforços com indústrias, institutos, centros de pesquisa e universidades para viabilizar a construção dos submarinos, bem como o atendimento a necessidades de outros programas;
- Contribuir para a expansão e o fortalecimento da Base Industrial de Defesa, tendo como uma das consequências um enorme arrasto tecnológico, estimulando a inovação de processos e produtos de aplicação civil e militar, com evidentes benefícios da sociedade;
- Contribuir para o desenvolvimento do País por meio da consolidação da Base Industrial de Defesa;
- Contribuir para aumentar o índice de nacionalização tecnológico, de processos e produtos nos programas de que participa.

### 1 - Atividades desenvolvidas

#### **Prospecção de negócios e comercialização de produtos e prestação de serviço**

A AMAZUL, em paralelo com sua estruturação, está prospectando oportunidades de negócios com a Eletronuclear, Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e Indústrias Nucleares do Brasil (INB), conforme sua destinação expressa na Lei nº 12.706/12, bem como de outros projetos que possam trazer, em sua execução, alguma sinergia para os negócios da empresa.

Além disso, a empresa intensificou sua busca por negócios com novos parceiros e empresas que pudessem participar do PROSUB.

Foram comercializadas, para a INB, pastilhas de urânio-gadolinia, desenvolvidas pela Marinha e destinadas à fabricação de varetas para calibração do equipamento de testes denominado Rod-Scanner.

A empresa tem com a INB, contrato para execução de projeto conceitual e projeto básico para a construção da Unidade de Testes e Preparação de Equipamentos Críticos e de Treinamentos (UTT), da Fábrica de Combustível Nuclear da INB, e prestação de serviços de consultoria de engenharia para suporte técnico à implantação e licenciamento da UTT. Os trabalhos começaram em março de 2016, tendo sido concluído o projeto conceitual em dezembro de 2016. Em janeiro de 2017, iniciou-se o projeto básico, que foi desenvolvido no decorrer do exercício.

A AMAZUL também intensificou suas ações de forma a promover parcerias junto a setores governamentais e empresas nacionais e estrangeiras, visando à obtenção de novas tecnologias necessárias ao desenvolvimento do projeto de um motor-gerador de ímãs permanentes para a construção do MEP (motor elétrico principal) no Brasil.

#### **Relações institucionais e marketing empresarial**

O ambiente de negócios da AMAZUL, envolvendo atividades relacionadas ao PROSUB, ao PNM e ao PNB, é orientado por estratégias de marketing que buscam novos empreendimentos e parcerias, visando atender às demandas dos atuais projetos em desenvolvimento e aqueles que se encontram em fase de negociação ou de planejamento. Para fomentar a produção industrial nacional, relacionada ao objeto social da empresa e viabilizar a comercialização de produtos e serviços próprios e de parceiros, a AMAZUL tem participado de vários eventos externos a fim de estreitar o relacionamento com empresas estratégicas de defesa.

Destaque-se, neste sentido, a participação na Feira Internacional da *Latin America Aerospace and Defence* - LAAD 2017 e na Conferência Anual da Agência Internacional de Energia Atômica.

A AMAZUL vem buscando, ainda, novas tecnologias para atender às demandas do PROSUB, de modo a contribuir com o processo de nacionalização e transferência de tecnologias de alto nível para o Brasil. Nesse sentido, promove ações em busca de empresas brasileiras que tenham interesse e capacidade para se associar e realizar parcerias com

outras empresas estrangeiras, visando à captação de tecnologias sensíveis e inexistentes no País.

## **2 – Estrutura de controles internos e gerenciamento de risco**

A Auditoria Interna é prevista em seu estatuto desde a sua criação e a nomeação de seu chefe, após apreciação da CGU, é prerrogativa do Conselho de Administração, órgão ao qual se vincula.

A Portaria nº 66/2016 ativou o Comitê de Governança, Riscos e Controles e designou os seus membros integrantes.

A Resolução da Diretoria RDA 44, de 02/09/2016, aprovou a Política da Gestão de Riscos da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, constituindo o Comitê de Riscos para implementação dessa Política e de estruturas adequadas de governança, gestão de riscos e controles internos.

Advindo disso, em fevereiro foi criado um cargo para tratar a Governança e, em abril de 2017, a portaria nº 37 ativou a Gerência de Riscos, Controle e Monitoramento. Além de propor alterações e divulgar o código de conduta e de integridade, inclusive as boas práticas, suas principais atribuições são:

- implementar ações cotidianas de Controle Interno, em articulação com todos os setores;
- gerir a área de integridade e de gestão de riscos (com atuação independente); e
- enviar relatórios trimestrais sobre a área de integridade ao Comitê de Auditoria.

A fim de capacitar tecnicamente a equipe que implanta a gestão de riscos corporativos na AMAZUL, três empregados foram certificados pelo Centro de Controle Interno da Marinha (CCIMAR) no curso “Controles Internos e Gestão de Riscos”. Além disso, foram capacitados pela Universidade Mackenzie, em metodologia de Mapeamento de Processos, outros 32 empregados.

Cabe destaque o fato de que auditor independente encaminha sistematicamente relatório com deficiências e recomendações sobre os controles internos, bem como sobre as medidas corretivas adotadas.

Demonstra-se assim, que a AMAZUL está implementando uma política envolvendo as 3 linhas de defesa na gestão de risco.

## **3 – Fatores de risco**

Os principais processos de trabalho de cada área da estrutura administrativa foram confrontados com critérios considerados importantes pela auditoria como: Relevância: ações destinadas a realização dos objetivos institucionais; seleção efetuada em razão dos objetivos institucionais da empresa. Significa a importância relativa ou papel desempenhado por uma determinada questão, tema, situação ou unidade organizacional, existentes em um dado concreto; Materialidade: em decorrência dos valores envolvidos; Criticidade: baseado em diagnóstico de problemas apontados em auditorias anteriores, internas ou externas e temas não auditados em exercícios anteriores.

Esses critérios foram ponderados pela possibilidade de ocorrência e geraram a seguinte Matriz de Risco:

#### QUADRO IV – Matriz de Riscos

Tipo de Processo	Processo	Aval. Critério 1	Aval. Critério 2	Aval. Critério 3	Total	Grau de Risco
Operacional ( Atividade Fim )	GESTÃO DE PESSOAS	3	5	3	3.83	Alto
	ADESÃO À ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS	3	4	3	3.42	Alto
Administrativo (Atividade Meio)	APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO	2	2	4	2.67	Médio
	APOIOS FINANCEIROS E PATROCÍNIOS	2	1	3	1.92	Baixo
	ASSESSORAMENTO À GESTÃO	2	2	2	2.00	Médio
	ASSESSORAMENTO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS	3	4	4	3.75	Alto
	AVALIAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES DOS RESPONSÁVEIS DE ÁREAS AUDITADAS	3	2	3	2.58	Médio
	AVALIAÇÃO DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE RISCOS DE TI	3	3	4	3.33	Alto
	COMPRAS E CONTRATAÇÕES SEM LICITAÇÃO	3	4	2	3.08	Alto
	ELABORAR INFORMAÇÕES E PARECER DA AUDITORIA INTERNA SOBRE AS CONTAS DA EMPRESA	3	1	3	2.17	Médio
	ELABORAR O PAINT PARA 2018	3	1	3	2.17	Médio
	ELABORAR O RAINTE DE 2016	3	3	4	3.33	Alto
	FUNDO FIXO DE CAIXA	1	1	1	1.00	Baixo
	GESTÃO DE CONTRATOS DE NATUREZA CONTINUADA	3	4	3	3.42	Alto
	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	2	2	2	2.00	Médio
	LICITAÇÕES E CONTRATOS	3	5	3	3.83	Alto
	MONITORAMENTO	3	4	4	3.75	Alto
	PLANEJAMENTO OPERACIONAL DAS AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA	3	2	3	2.58	Médio
	SISTEMA INFORMATIZADO DE AUDITORIA	3	3	3	3.00	Alto
	TRANSPARÊNCIA PÚBLICA	3	2	4	2.92	Médio
	UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E DE TERCEIROS	1	1	2	1.33	Baixo

Pesos atribuídos por critério	Pesos
Critério 1 - Relevância	3
Critério 2 - Materialidade	5
Critério 3 - Criticidade	4

Grau de Risco	
0--0,99	Irrelevante
1--1,99	Baixo
2--2,99	Médio
3--3,99	Alto
4--5	Crítico

#### 4 – Dados econômico-financeiros e comentários sobre o desempenho

A AMAZUL é uma empresa pública dependente, nos termos da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000. Por esse diploma legal, a empresa estatal dependente é aquela que recebe do ente controlador – no caso, a União – “recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária”.

A atividade nuclear, por força de lei, (CF art.21, inciso XXIII) é monopólio do Estado, portanto, a AMAZUL é empresa estratégica de defesa e é a única dessa natureza no Brasil e no setor em que atua. Assim, o foco de seu resultado não é financeiro e o prejuízo resultante



das suas atividades operacionais, apurado até o final do 3º trimestre de 2017, foi de R\$ 895.158,48.

Apesar disso, até o final do 3º trimestre de 2017 a AMAZUL faturou com a prestação de serviços o montante de R\$ 306.937,43. O valor representa a totalidade de sua receita líquida no período.

Atinente ao prejuízo total apurado, 8,3 milhões, tendo em vista que a AMAZUL é uma empresa ainda processo de consolidação administrativa e operacional, a integralidade das despesas com Folha de Pessoal e demandas judiciais são custeados com recursos provenientes do Orçamento Geral da União - OGU.

## **5 – Políticas e práticas de governança corporativa**

A estrutura de governança da Amazul é composta pela Assembleia Geral de Acionistas, pelo Conselho Fiscal, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva. Esta estrutura está comprometida com o estabelecimento de um sistema de direção que preze pelas melhores práticas de governança, o que pode ser evidenciado pela existência do Planejamento Estratégico da Amazul – PEA, pela implementação do Programa e Plano de Integridade, pelo Código de Ética e Conduta Empresarial, Manual de Compliance e pelas Políticas de Gestão de Riscos e Gerenciamento de Crises. A fiscalização e controle da Amazul são realizadas por áreas internas e órgãos externos e consubstanciam uma prática de governança alinhada aos valores e aos documentos normativos da Amazul.

O Ministério do Planejamento reconheceu o nível de governança da empresa com a nota 4,4, em seu Índice de Governança, enquadrando a AMAZUL no nível 3, numa escala de 5 níveis, sendo o maior o nível 1. Nessa classificação a empresa ficou em segundo lugar das empresas dependentes e em 14º, no computo geral.

O Programa de Integridade tem a finalidade de estabelecer um conjunto de medidas que assegurem a entrega dos resultados esperados pela sociedade, por meio do fortalecimento e aprimoramento da estrutura de governança, da conduta ética e da gestão de riscos, a partir da mobilização e participação ativa dos empregados.

O Plano de Integridade da Amazul contempla as seguintes ações e medidas:

- I – Comprometimento da Alta Administração com o Plano de Integridade;
- II - Padrões de ética e conduta, políticas e procedimentos de integridade;
- III – Treinamentos sobre o Plano de Integridade;
- IV – Análise periódica de riscos;
- V – Registros Contábeis Completos e Precisos;
- VI – Controles internos que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiras;
- VII – Procedimentos para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com os setores público e privado;
- VIII – Independência, estrutura e autoridade da instância interna responsável pela aplicação do Plano de Integridade e fiscalização de seu cumprimento;
- IX – Canais de denúncia de irregularidades e de mecanismos de proteção aos denunciantes de boa-fé;
- X – Medidas disciplinares em caso de violação do Plano de Integridade;
- XI – Procedimentos que asseguram a pronta interrupção de irregularidades ou infrações detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados;

XII – Diligências apropriadas para contratação e, conforme o caso, supervisão de terceiros, tais como, fornecedores e prestadores de serviço;

XIII – Operações societárias precedidas de *due diligence* (dever de diligência);

XIV – Monitoramento contínuo do Plano de Integridade;

A gestão da AMAZUL também é orientada pelas boas práticas de governança corporativa e caracteriza-se pela inovação, racionalização do gasto público e alcance das metas e objetivos definidos no plano estratégico (PEA). A transparência é outro princípio fundamental observado pela empresa, que visa a assegurar, de forma rápida e segura, aos diversos públicos de interesse e ao cidadão de modo geral, amplo acesso a informações relevantes sobre as atividades, os negócios, as decisões empresariais e os dados contábeis e financeiros.

Os princípios éticos que orientam as ações externas e internas da AMAZUL são:

- Dignidade humana e respeito às pessoas;
- Integridade;
- Sustentabilidade;
- Transparência;
- Impessoalidade;
- Legalidade;
- Profissionalismo;
- Compromisso.

A AMAZUL, no âmbito de seu ambiente de negócios e institucional:

- Adota, de forma imparcial e transparente, critérios de seleção, contratação e avaliação que permitam pluralidade e concorrência entre fornecedores, confirmem a idoneidade das empresas e zelem pela qualidade e melhor preço dos produtos e serviços contratados;
- Requer, no relacionamento com fornecedores, o cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como a não utilização de trabalho infantil ou escravo e a adoção de relações de trabalho adequadas e de boas práticas de preservação ambiental, resguardadas todas as disposições legais;
- Estabelece parcerias que asseguram os mesmos valores de integridade, idoneidade e respeito à comunidade e ao meio ambiente.

Consciente de que a gestão pública transparente fornece à sociedade informações que permitem sua colaboração no controle das atividades governamentais, estimulando o controle social, a AMAZUL:

- É transparente e ágil no fornecimento de informações ao acionista, aos órgãos de supervisão e controle, aos credores e demais interessados sobre atos objeto da nossa ação empresarial;
- Disponibiliza, em seu sítio na internet, a identificação de seus principais dirigentes, suas normas internas, resumo das compras realizadas, contratos, convênios e acordos firmados, editais de licitações, contratações e concursos, relatórios anuais de gestão, remuneração de seus empregados e dirigentes, além de outros que devam ser do conhecimento público.
- Divulga no Portal da Transparência do Governo Federal dados sobre a execução orçamentária e financeira da AMAZUL;
- Reconhece a função social da imprensa e procura fortalecer sua imagem junto à sociedade, fornecendo informações claras e objetivas sobre fatos relevantes;
- Estabelece mecanismos de controle interno, segregação de funções e delegação de competência que aprimorem a governança corporativa e reforcem a confiança pública no

desempenho da Empresa.

No tocante à saúde e à segurança, a AMAZUL tem o compromisso de proporcionar um ambiente de trabalho seguro e de adotar medidas necessárias à preservação da integridade física, mental e moral, principalmente no que diz respeito às atividades de risco ocupacional.

## **6 – Descrição da composição e da remuneração da administração**

Conforme disposto no Decreto nº 89.309/84, art. 4º, inciso I, alínea “a”, Decreto nº 3.735/01, art. 1, inciso III, Portaria MP nº 250/05, art. 1º, e Decreto nº 8.189/14, anexo I, art. 8º, inciso IV, alínea “h”, compete à SEST aprovar a remuneração dos diretores e conselheiros das estatais federais.

Dessa maneira, a política de remuneração para diretores e conselheiros da empresa AMAZUL é estabelecida pelo Ministério de Orçamento e Gestão (MPOG), consolidada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e ratificada pela Assembléia Geral. A remuneração dos dirigentes é constituída de salário, auxílio-alimentação, gratificação natalina e gratificação de férias. Não há remuneração variável para administradores e membros dos Conselhos que seja atrelada a indicadores de desempenho ou participação nos lucros ou mesmo a eventos societários. A remuneração dos conselheiros representa 10% da média da remuneração dos Dirigentes, desconsiderada a Gratificação Natalina.

Base normativa da remuneração:

Está amparada: (i) nos termos do Ofício Circular nº 03/DEST/SE-MP, de 21/01/2015; (ii) na Lei Complementar nº 101/2000, de 04/05/2000 – arts. 16 e 17, respectivamente; (iii) Lei nº 13.091, de 12/01/2015; e (iv) observado o Acórdão 2.254/2010\* – TCU – 2ª Câmara.

**TABELA 1 – Composição da Remuneração dos Dirigentes** R\$ 1,00

<b>Composição \ Cargo</b>	<b>Presidente</b>	<b>Diretores</b>
<b>Honorário</b>	29.743,95	28.256,37
<b>Auxílio-Alimentação</b>	900,00	900,00
<b>Férias</b>	9.914,52	9.418,79
<b>Gratificação Natalina*</b>	29.743,95	28.256,37

\*Essa Gratificação está suspensa até decisão final do TCU

